

MENDES PEDROSA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

CNPJ sob o nº. 24.536.480/0001-78

Rod. BR 116, s/n, km 656,terreo, distrito de Bicuíba, São Francisco do Glória – MG, CEP: 36.810-000

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DIVINO-MG

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023

MENDES PEDROSA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, estabelecida à Rodovia BR 116, s/n, km 656, andar térreo, distrito de Bicuíba, São Francisco do Glória – MG, CEP: 36.810-000, inscrita no **CNPJ sob o nº. 24.536.480/0001-78** por intermédio de seu representante legal **RAFAEL MENDES PEDROSA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da CI n. MG 11446513 exp. pela SSP/MG e CPF nº 055.059.536-89, empresário, residente e domiciliado na rua Da Aparecida, n. 522, centro, São Francisco do Glória - MG, CEP: 36.810-000, à presença de V. Senhoria, apresentar, tempestivamente, suas **RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO** em razão da habilitação da empresa **VASCONCELOS COPARI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, com base nas razões a seguir expostas:

Trata-se de TOMADA DE PREÇO 003/2023 cujo objeto é a seleção de empresa do ramo de construção civil com vistas à seleção de empresa para execução de serviços de Construção de Centro de referencia em Educação e Cultura.

O inconformismo da empresa recorrente se dá em face da habilitação no certame licitatório das empresas **VASCONCELOS COPARI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA** por não apresentar o documento previsto no item **5.3.2 primeira parte**, qual seja: **Carta de Credenciamento** indicando a pessoa que representará a licitante na licitação, com menção expressa de todos os poderes, inclusive para receber intimações, interpor e desistir de interposição de recursos - **ANEXO I**.

Consoante cediço, as licitações no âmbito da Administração Pública, possuem como norma geral a Lei nº 8.666/1993, da qual extrai-se vários princípios, sendo imperioso, in casu, destacar o princípio da vinculação do instrumento convocatório, que obriga as partes à observância e ao cumprimento dos termos do edital o que não foi cumprido pela recorrente.

Importante ainda frisar que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é essencial na aplicação do direito administrativo, já que ao garantir que as regras inicialmente previstas serão observadas por todos os licitantes e pela Administração Pública, garante-se a igualdade de condições entre todos, a isonomia, a impessoalidade

Ora, o recorrido deixou de cumprir o previsto no edital ao não apresentar o documento previstos nos itens no item **5.3.2 primeira parte**, portanto descumpriu o previsto no edital e portanto deve ser inabilitado.

No mais a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada. O edital torna-se lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Município. Em sendo lei, o edital e

MENDES PEDROSA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

CNPJ sob o nº. 24.536.480/0001-78

Rod. BR 116, s/n, km 656,terreo, distrito de Bicuíba, São Francisco do Glória – MG, CEP: 36.810-000

os seus termos atrelam tanto a Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto as licitantes – sabedoras do inteiro teor do certame.

Nossos tribunais e nossos doutrinadores também trilham nesse sentido, vejamos:

É cediço que a publicação do ato convocatório, além de dar início a fase externa do certame, é também a ocasião em que cessa o poder discricionário da Administração Pública e, mais precisamente, dos agentes responsáveis pela condução do processo (o PREGOEIRO, em especial). Sobre o efeito do princípio mencionado nessa etapa, imprescindível a lição de EGON BOCKMANN MOREIRA: **“A vinculação ao instrumento convocatório pode ser entendida como princípio de limitação material e procedimental: a partir de sua divulgação, a Administração Pública e os particulares estão subordinados a ele (LGL, art. 3º, caput, c/c os arts. 41 e 55, XI). Devem estrito cumprimento aos seus termos e estão proibidos de inová-lo (não só durante o processo licitatório, mas também quando da execução do contrato). Será este instrumento que instalará o interesse das pessoas privadas e os respectivos custos para a elaboração da proposta. Mas o instrumento convocatório tem igualmente efeitos de exclusão de potenciais interessados, que deixam de acorrer à licitação com fundamento nas exigências lá positivadas (as quais, se fossem outras, não gerariam tais efeitos...) (...). Se na fase anterior a discricionariedade era plena (a fase interna é orientada pela política pública e raciocínios argumentativos), ela é praticamente eliminada depois da publicação do instrumento convocatório: trata-se de ato administrativo autovinculante, a ser obedecido e eficazmente executado pela Administração. (...) Mas esta vinculação não é apenas endoadministrativa, pois produz efeitos ao exterior da entidade promotora da licitação: todos os interessados, terceiros, e até mesmo os demais Poderes constituídos (Judiciário, Legislativo, Ministério Público) devem obediência aos termos do instrumento convocatório.”**

“Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade de procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada” E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constante do edital. O princípio dirige-se tano à Administração como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I)” – PIETRO, Maria Sylvia Zanela Di Pietro, Direito Administrativo, 13, Ed São Paulo, Atlas 2001, pag. 299.

Nos dizeres de MARÇAL JUSTEN FILHO, **“A autoridade administrativa dispõe de faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele. Editado o ato convocatório, o administrado e o interessado submetem-se a um modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança, os atos a serem praticados e as regras que o regerão.**

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCESSO DE LICITAÇÃO - AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELO EDITAL, A TEMPO E MODO - INABILITAÇÃO DO IMPETRANTE - LEGALIDADE - DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA - MANUTENÇÃO. Não cumprindo o concorrente todos os requisitos

MENDES PEDROSA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

CNPJ sob o nº. 24.536.480/0001-78

Rod. BR 116, s/n, km 656,terreo, distrito de Bicuíba, São Francisco do Glória – MG, CEP: 36.810-000

previamente contidos no edital de licitação para fins de habilitação, deixando de apresentar documentos nele expressamente exigidos, não há que se falar em ilegalidade do ato que o desclassificou na primeira fase do processo licitatório. Não provido. (TJ-MG - AC: 10701130334454001 Uberaba, Relator: Judimar Biber, Data de Julgamento: 18/08/2016, Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/09/2016)

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL. CABIMENTO. AUSÊNCIA DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. SEGURANÇA DENEGADA. 1. Hipótese em que a empresa impetrante não demonstrou o atendimento integral dos requisitos previstos pelo edital licitatório, mormente com relação à Licença de Operação. 2. O edital tem força vinculante a todos os licitantes, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório. 3. Descumprimento das cláusulas que implica a inabilitação da empresa licitante, nos termos dispostos pelo artigo 37, XXI, da Constituição Federal e da Lei nº 8.666/93. NEGADO SEGUIMENTO AO APELO, NA FORMA DO ART. 557, CAPUT, DO CPC (TJ-RS - AC: 70067951376 RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Data de Julgamento: 10/02/2016, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 22/02/2016)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA - INABILITAÇÃO DE EMPRESA - AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL - ILEGALIDADE DO ATO NÃO COMPROVADA - INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO - ORDEM DENEGADA. 1) Como no processo licitatório o edital tem força vinculante entre todos os participantes, especialmente para a Administração, que deve zelar pelo cumprimento das regras, se alguma empresa licitante não apresentar os documentos comprobatórios então exigidos, correta a inabilitação. 2) Ordem denegada. (TJ-AP - MS: 00020911020208030000 AP, Relator: Desembargador AGOSTINO SILVÉRIO, Data de Julgamento: 26/04/2021, Tribunal).

DO PEDIDO

Ante o exposto, requer que seja completamente deferido o presente recurso proposto tornando inabilitada a empresa **VASCONCELOS COPARI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, vez que conforme acima descrito deixaram de apresentar documentos exigidos e previsto no edital TP 003/2023 deste Município de Divino-MG.

São Francisco do Glória-MG., 23 de maio de 2023

MENDES PEDROSA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA